

**ENSINO DE HISTÓRIA E IDENTIDADE: O PAPEL DA ESCOLA NA
VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS**
TEACHING HISTORY AND IDENTITY: THE ROLE OF SCHOOLS IN VALUING
AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS CULTURES
ENSEÑANZA DE LA HISTORIA Y LA IDENTIDAD: EL PAPEL DE LAS ESCUELAS
EN LA VALORACIÓN DE LAS CULTURAS AFROBRASILEÑAS E INDÍGENAS

Diego Melo Correa

Orientadora: Prof^a. Dr^a Cleidemara Andrade dos Santos Rodrigues

RESUMO

A pesquisa investigou o papel da escola na valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas no ensino de História, considerando as transformações sociais e políticas que marcaram o Brasil nas últimas décadas. O problema central residia na persistência de práticas curriculares eurocêntricas que invisibilizaram essas culturas e limitaram a construção de identidades plurais entre os estudantes. O objetivo foi compreender como as políticas públicas, especialmente as Leis 10.639/03 e 11.645/08, influenciaram a inclusão dessas temáticas nos currículos escolares e quais impactos tiveram na formação crítica dos alunos. A relevância do estudo esteve na necessidade de fortalecer uma educação que reconhecesse a diversidade cultural e contribuísse para o enfrentamento do racismo estrutural. A metodologia adotada foi bibliográfica, documental e observacional, permitindo analisar produções acadêmicas, legislações e práticas escolares. Os resultados evidenciaram avanços na inserção das culturas afro-brasileiras e indígenas, mas também revelaram desafios relacionados à formação docente, escassez de materiais didáticos e resistências institucionais. Concluiu-se que a escola, ao assumir compromisso com a diversidade, desempenhou papel fundamental na construção de identidades inclusivas e na promoção de uma consciência crítica e antirracista.

Palavras-chave: Consciência crítica; diversidade étnico-racial; currículo escolar; formação docente; políticas públicas.

ABSTRACT

The research investigated the role of schools in valuing Afro-Brazilian and Indigenous cultures within History education, considering the social and political transformations that marked Brazil in recent decades. The central problem lay in the

persistence of Eurocentric curricular practices that marginalized these cultures and limited the construction of plural identities among students. The objective was to understand how public policies, especially Laws 10.639/03 and 11.645/08, influenced the inclusion of these themes in school curricula and what impacts they had on students' critical formation. The relevance of the study was based on the need to strengthen education that recognized cultural diversity and contributed to confronting structural racism. The methodology adopted was bibliographic, documentary, and observational, enabling the analysis of academic works, legislation, and school practices. The results showed advances in the inclusion of Afro-Brazilian and Indigenous cultures but also revealed challenges related to teacher training, scarcity of didactic materials, and institutional resistance. It was concluded that schools, when committed to diversity, played a fundamental role in building inclusive identities and promoting critical and anti-racist awareness.

Keywords: Critical awareness; ethnic-racial diversity; school curriculum; teacher training; public policies.

RESUMEN

La investigación analizó el papel de las escuelas en la valorización de las culturas afrobrasileñas e indígenas en la enseñanza de la Historia, considerando las transformaciones sociales y políticas que marcaron a Brasil en las últimas décadas. El problema central se encontraba en la persistencia de prácticas curriculares eurocéntricas que invisibilizaron estas culturas y limitaron la construcción de identidades plurales entre los estudiantes. El objetivo fue comprender cómo las políticas públicas, especialmente las Leyes 10.639/03 y 11.645/08, influyeron en la inclusión de estas temáticas en los programas escolares y qué impactos tuvieron en la formación crítica de los alumnos. La relevancia del estudio residió en la necesidad de fortalecer una educación que reconociera la diversidad cultural y contribuyera al enfrentamiento del racismo estructural. La metodología utilizada fue bibliográfica, documental y observacional, lo que permitió analizar producciones académicas, legislaciones y prácticas escolares. Los resultados evidenciaron avances en la inserción de las culturas afrobrasileñas e indígenas, pero también revelaron desafíos relacionados con la formación docente, la escasez de materiales didácticos y las resistencias institucionales. Se concluyó que la escuela, al asumir compromiso con la diversidad, desempeñó un papel fundamental en la construcción de identidades inclusivas y en la promoción de una conciencia crítica y antirracista.

Palabras clave: Conciencia crítica; diversidad étnico-racial; currículo escolar; formación docente; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil tem sido marcado por tensões entre narrativas eurocêntricas e a necessidade de valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas. Apesar dos avanços legislativos, ainda existem lacunas significativas na efetiva implementação dessas temáticas nos currículos escolares, o que compromete a construção de identidades plurais e inclusivas Araújo; Silva (2022). A motivação desta pesquisa surgiu da constatação de que a invisibilidade histórica desses grupos perpetua desigualdades sociais e raciais.

Conforme Felipe; Moreira (2019), a escola desempenha papel estratégico na promoção de práticas pedagógicas voltadas para as relações étnico-raciais, mas enfrenta desafios relacionados à formação docente e à resistência institucional. Nesse contexto, o problema central que orientou este estudo foi: de que maneira a escola pode contribuir para a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas no ensino de História e para a formação de uma consciência crítica e antirracista entre os estudantes?

O objetivo geral consistiu em analisar o papel da escola na valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas no ensino de História. Os objetivos específicos buscaram compreender os impactos das políticas públicas na inclusão dessas temáticas, identificar os principais desafios enfrentados pelas instituições escolares e discutir práticas pedagógicas que favoreçam uma abordagem crítica e inclusiva. A relevância da pesquisa se estendeu a diferentes campos: na educação, ao contribuir para a construção de currículos mais representativos; na sociologia, ao oferecer subsídios para a compreensão das relações étnico-raciais; e nas políticas públicas, ao indicar caminhos para a efetivação das legislações que tratam da diversidade cultural. Gomes (2017) ressalta que a educação, quando comprometida com a equidade, pode se tornar instrumento de transformação social, reforçando a pertinência de estudos que investiguem a prática escolar nesse âmbito.

A metodologia adotada foi de caráter bibliográfico, documental e observacional, permitindo a análise de produções acadêmicas, legislações e práticas escolares relacionadas ao ensino de História e identidade cultural. Essa abordagem possibilitou compreender tanto os avanços quanto os limites da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, além de observar experiências pedagógicas que buscaram superar a invisibilidade histórica das culturas afro-brasileiras e indígenas. A combinação dessas estratégias metodológicas forneceu elementos para uma reflexão crítica sobre o papel da escola na construção de identidades inclusivas e na promoção de uma educação antirracista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas no ensino de História tem sido discutida por diversos pesquisadores. Alberti (2022) destaca estratégias pedagógicas que buscam superar a invisibilidade histórica desses grupos, propondo práticas que aproximem os estudantes das narrativas silenciadas. Araújo; Silva (2022) reforçam essa perspectiva ao analisarem currículos de cursos de Pedagogia, evidenciando avanços e limitações na implementação das temáticas. Nesse sentido, a literatura aponta que a formação docente é um elemento central para garantir a efetividade das políticas educacionais voltadas à diversidade cultural.

A legislação brasileira também desempenha papel fundamental nesse processo. A Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 estabeleceram a obrigatoriedade da inclusão das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares, representando marcos legais importantes (Brasil, 2003; Brasil, 2008). A Base Nacional Comum Curricular, Brasil, (2017) reforçou essa diretriz ao propor competências voltadas para a valorização da diversidade. Além disso, o Plano Nacional de Educação, Brasil, (2014) delineou metas que visam ampliar a formação crítica e inclusiva, consolidando a relevância das políticas públicas na promoção da equidade educacional.

Bulhões (2018) contribui ao discutir o ensino das histórias africanas e indígenas de forma entrecruzada, defendendo uma pedagogia que valorize eventos e emancipações culturais. Cavalcanti Simioni *et al.* (2020) ampliam essa análise ao abordar as identidades brasileiras como resultado de múltiplas interações históricas e sociais. Felipe; Moreira (2019) acrescentam que a escola, ao adotar práticas voltadas para as relações étnico-raciais, pode se tornar espaço de resistência e transformação. Esses estudos evidenciam que a valorização da diversidade não se limita ao cumprimento da legislação, mas exige práticas pedagógicas consistentes e contextualizadas.

Outros autores aprofundam a reflexão sobre os desafios contemporâneos. Lucena *et al.* (2025) discutem a diversidade cultural como elemento central para compreender a sociedade brasileira atual. Gomes (2017) ressalta a importância da educação como instrumento de enfrentamento ao racismo estrutural. Munanga (1999) problematiza a mestiçagem e suas implicações na identidade nacional, enquanto Rodrigues; Silva; Barroso (2025) analisam a inclusão escolar em contextos de diversidade. Sousa (2021) enfatiza a descolonização dos currículos, e Santos (2006) propõe uma nova cultura política que favoreça práticas inclusivas. Esses aportes consolidam a revisão de literatura, demonstrando a amplitude e relevância do tema.

2.1 Marcos legais e diretrizes curriculares

A consolidação das políticas educacionais voltadas para a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas encontra respaldo em legislações específicas. A Lei nº 10.639/2003 representou um marco ao incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, Brasil (2003). Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade ao contemplar também as culturas indígenas (Brasil, 2008). Essas normativas estabeleceram bases legais que orientaram práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas para a diversidade cultural no ambiente escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçou a necessidade de contemplar a pluralidade cultural como eixo estruturante da educação básica, Brasil (2017). Ao propor competências relacionadas à valorização da diversidade, o documento buscou integrar as legislações anteriores em um currículo nacional. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) também estabeleceu metas que visam ampliar a formação crítica e inclusiva, consolidando a relevância das políticas públicas na promoção da equidade educacional. Esses instrumentos normativos constituem pilares para a efetivação de uma educação antirracista e inclusiva.

Autores como Araújo; Silva (2022) destacam que, embora as legislações tenham avançado, sua implementação enfrenta desafios relacionados à formação docente e à resistência institucional. Alberti (2022) acrescenta que estratégias pedagógicas precisam ser desenvolvidas para superar a invisibilidade histórica das culturas afro-brasileiras e indígenas. Nesse contexto, a legislação fornece o arcabouço normativo, mas a prática escolar exige adaptações e comprometimento contínuo. A literatura evidencia que a efetividade das políticas depende da articulação entre diretrizes legais e práticas pedagógicas contextualizadas.

2.2 Perspectivas acadêmicas e práticas pedagógicas

Bulhões (2018) discute o ensino das histórias africanas e indígenas de forma entrecruzada, defendendo uma pedagogia que valorize eventos e emancipações culturais. Essa abordagem busca romper com a linearidade eurocêntrica e promover uma visão plural da História. Cavalcanti Simioni *et al.* (2020) ampliam essa análise ao abordar as identidades brasileiras como resultado de múltiplas interações históricas e sociais, reforçando a necessidade de currículos que contemplem a diversidade cultural. Essas contribuições evidenciam a importância de práticas pedagógicas que dialoguem com diferentes perspectivas históricas.

Felipe; Moreira (2019) ressaltam que a escola, ao adotar práticas voltadas para as relações étnico-raciais, pode se tornar espaço de resistência e

transformação. Para os autores, a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas não deve ser vista apenas como cumprimento da legislação, mas como compromisso ético e pedagógico. Lucena *et al.* (2025) acrescentam que a diversidade cultural é elemento central para compreender a sociedade contemporânea, e sua inclusão nos currículos contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes das desigualdades sociais.

Outros autores aprofundam a reflexão sobre os desafios contemporâneos. Gomes (2017) enfatiza que a educação comprometida com a equidade pode se tornar instrumento de enfrentamento ao racismo estrutural. Munanga (1999) problematiza a mestiçagem e suas implicações na identidade nacional, destacando a necessidade de reconhecer as especificidades das culturas negras. Sousa (2021) defende a descolonização dos currículos como estratégia para valorizar memórias e identidades afro-brasileiras. Esses aportes consolidam a revisão de literatura ao demonstrar que práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para a construção de uma educação antirracista.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em três eixos metodológicos: bibliográfico, documental e observacional. A etapa bibliográfica consistiu na análise de produções acadêmicas recentes que discutem o ensino de História e a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, permitindo identificar avanços, desafios e perspectivas teóricas sobre o tema.

Foram consultados livros, artigos científicos e periódicos especializados, com o objetivo de construir um referencial sólido que sustentasse a investigação. A dimensão documental envolveu o exame de legislações e diretrizes educacionais, como a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008, a Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Educação, que constituem marcos normativos

essenciais para compreender o papel da escola na promoção da diversidade cultural.

A etapa observacional complementou a análise ao considerar práticas pedagógicas e experiências escolares relacionadas à implementação das temáticas afro-brasileiras e indígenas. Essa observação buscou identificar como os professores e instituições têm incorporado as exigências legais e os referenciais teóricos em suas práticas cotidianas, evidenciando tanto os avanços quanto às resistências presentes no ambiente escolar.

A triangulação entre bibliografia, documentos oficiais e observações possibilitou uma compreensão abrangente do fenômeno investigado, permitindo relacionar teoria, política e prática. Dessa forma, a metodologia adotada garantiu consistência científica ao estudo, ao mesmo tempo em que ofereceu subsídios para avaliar a efetividade das políticas públicas e das práticas pedagógicas voltadas à construção de uma educação inclusiva e antirracista.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para organizar a análise dos resultados desta pesquisa, torna-se necessário estabelecer eixos que orientem a discussão de forma clara e objetiva. A partir dos objetivos definidos, os subitens foram estruturados de modo a permitir uma compreensão aprofundada sobre a inserção das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares e sobre os desafios e perspectivas da prática pedagógica voltada para a diversidade cultural. Esse direcionamento possibilita relacionar os dados obtidos com o referencial teórico, garantindo maior consistência e coerência na interpretação dos resultados.

4.1 Inserção das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares de História

A inserção das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares tem sido um desafio constante desde a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Araújo; Silva (2022) apontam que, embora

haja avanços na legislação, a prática pedagógica ainda apresenta lacunas, especialmente na formação inicial de professores. Alberti (2022) reforça que estratégias didáticas precisam ser desenvolvidas para superar a invisibilidade histórica, garantindo que os conteúdos sejam trabalhados de forma crítica e contextualizada.

Bulhões (2018) destaca que o ensino das histórias africanas e indígenas deve ser entrecruzado, valorizando a pluralidade cultural e rompendo com narrativas eurocêntricas. Felipe; Moreira (2019) acrescentam que a escola, ao assumir práticas voltadas para as relações étnico-raciais, pode se tornar espaço de resistência e transformação social. Nesse sentido, a legislação fornece o arcabouço normativo, mas a efetividade depende da articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas. A literatura evidencia que a inserção curricular é fundamental para a construção de uma educação inclusiva e antirracista.

Quadro 1 – Resultados sobre a Inserção das Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas nos Currículos

Aspecto analisado	Resultados observados
Legislação	Avanços significativos com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008
Formação docente	Persistem lacunas na preparação de professores para trabalhar a temática
Prática pedagógica	Estratégias ainda incipientes, com predominância de abordagens superficiais
Currículo escolar	Inclusão formal existe, mas implementação prática é desigual
Impacto social	Potencial de transformação, mas limitado pela resistência institucional

Fonte: Dados sistematizados a partir de Araújo; Silva (2022), Alberti (2022), Bulhões (2018), Felipe; Moreira (2019), Brasil (2003; 2008).

Os resultados apresentados no quadro evidenciam que a legislação brasileira avançou ao tornar obrigatória a inclusão das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares. No entanto, como apontam Araújo; Silva (2022), a efetividade dessas leis depende da formação docente, que ainda apresenta lacunas significativas. Alberti (2022) reforça que, sem estratégias pedagógicas consistentes, a inclusão tende a se limitar ao cumprimento formal da legislação, sem alcançar a profundidade necessária para promover mudanças sociais.

A prática pedagógica, segundo Bulhões (2018), permanece marcada por abordagens superficiais, muitas vezes restritas a datas comemorativas ou

conteúdos isolados. Felipe; Moreira (2019) destacam que, para que a escola se torne espaço de resistência, é necessário que os currículos sejam trabalhados de forma crítica e contextualizada. Isso implica em superar a visão eurocêntrica predominante e valorizar narrativas que reconheçam a pluralidade cultural e histórica do Brasil.

O impacto social da inserção curricular, embora potencialmente transformador, ainda encontra barreiras institucionais e culturais. Gomes (2017) ressalta que a educação comprometida com a equidade pode enfrentar o racismo estrutural, mas depende de práticas pedagógicas efetivas. Nesse sentido, os resultados demonstram que a legislação é um passo importante, mas insuficiente se não houver investimento contínuo em formação docente, políticas públicas e estratégias pedagógicas que consolidem uma educação inclusiva e antirracista.

4.2 Desafios e perspectivas na prática pedagógica voltada para a diversidade cultural

A prática pedagógica voltada para a diversidade cultural enfrenta obstáculos que vão além da legislação. Gomes (2017) enfatiza que o racismo estrutural ainda permeia as instituições escolares, dificultando a efetiva valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas. Munanga (1999) acrescenta que a mestiçagem, muitas vezes utilizada como discurso de homogeneização, invisibiliza identidades específicas. Sousa (2021) defende a descolonização dos currículos como estratégia para superar essas barreiras, destacando que a formação docente é essencial para transformar práticas pedagógicas.

Rodrigues; Silva; Barroso (2025) apontam que a inclusão cultural no ambiente escolar exige não apenas políticas públicas, mas também mudanças institucionais e pedagógicas. Lucena *et al.* (2025) reforçam que a diversidade deve ser compreendida como elemento central da sociedade contemporânea, e sua ausência nos currículos compromete a formação crítica dos estudantes. Santos (2006) sugere que uma nova cultura política é necessária para sustentar práticas

inclusivas, indicando que a escola deve ser espaço de transformação social. Esses autores evidenciam que os desafios são múltiplos, mas também apontam caminhos possíveis.

Quadro 2 – Resultados sobre Desafios e Perspectivas na Prática Pedagógica

Aspecto analisado	Resultados observados
Racismo estrutural	Presença significativa que limita práticas inclusivas
Formação docente	Necessidade de maior preparo para lidar com diversidade cultural
Currículo escolar	Persistência de conteúdos eurocêntricos e superficiais
Políticas institucionais	Avanços pontuais, mas resistência em consolidar práticas inclusivas
Perspectiva futura	Potencial de transformação mediante descolonização curricular e nova cultura política

Fonte: Dados sistematizados a partir de Gomes (2017), Munanga (1999), Sousa (2021), Rodrigues; Silva; Barroso (2025), Lucena *et al.* (2025), Santos (2006).

Os resultados apresentados no quadro demonstram que o racismo estrutural continua sendo um dos principais entraves para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Gomes (2017) ressalta que, sem enfrentamento direto a essa realidade, a escola tende a reproduzir desigualdades. Munanga (1999) complementa que discursos de mestiçagem podem mascarar a necessidade de reconhecimento das identidades negras e indígenas, reforçando a invisibilidade histórica desses grupos.

A formação docente aparece como ponto crítico, já que muitos professores não recebem preparo adequado para trabalhar a diversidade cultural. Sousa (2021) defende que a descolonização dos currículos é fundamental para que os docentes possam atuar de forma crítica e consciente. Rodrigues; Silva; Barroso (2025) acrescentam que, além da formação, é preciso que as instituições escolares adotem políticas consistentes de inclusão, superando resistências internas e externas.

Os resultados indicam que há perspectivas de transformação, especialmente quando se considera a necessidade de uma nova cultura política voltada para a equidade Santos, (2006). Lucena *et al.* (2025) reforçam que a diversidade cultural deve ser vista como elemento estruturante da sociedade contemporânea, e sua valorização no ambiente escolar é essencial para formar

cidadãos críticos. Assim, os desafios são grandes, mas os caminhos apontados pela literatura mostram que mudanças são possíveis e necessárias.

4.3 Discussão dos resultados

A análise evidencia que a legislação brasileira, representada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2003; Brasil, 2008), constitui um marco essencial para a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas. Contudo, Araújo; Silva (2022) apontam que a implementação curricular ainda enfrenta resistências institucionais. Alberti (2022) complementa ao propor estratégias pedagógicas que buscam superar a invisibilidade histórica. Esses resultados demonstram que, embora haja avanços normativos, a prática escolar continua limitada, exigindo maior articulação entre políticas públicas e ações pedagógicas efetivas.

Bulhões (2018) defende uma pedagogia que entrelace histórias africanas e indígenas, rompendo com narrativas eurocêntricas. Essa perspectiva dialoga com Cavalcanti Simioni *et al.* (2020), que analisam as identidades brasileiras como fruto de múltiplas interações culturais. Felipe; Moreira (2019) reforçam que a escola pode se tornar espaço de resistência ao adotar práticas voltadas para as relações étnico-raciais. A comparação entre esses estudos confirma que a diversidade cultural deve ser trabalhada de forma crítica, indo além da mera inclusão formal nos currículos escolares.

Lucena *et al.* (2025) destacam que a diversidade é elemento central da sociedade contemporânea, e sua ausência compromete a formação cidadã. Rodrigues; Silva; Barroso (2025) acrescentam que a inclusão escolar exige mudanças institucionais e pedagógicas, não apenas políticas públicas. Sousa (2021) defende a descolonização dos currículos como estratégia para valorizar memórias e identidades afro-brasileiras. Esses aportes revelam que a prática pedagógica ainda carece de consistência, sendo necessário superar resistências e consolidar políticas inclusivas que fortaleçam a diversidade cultural.

Gomes (2017) enfatiza que a educação comprometida com a equidade pode enfrentar o racismo estrutural, mas depende de práticas pedagógicas efetivas. Munanga (1999) problematiza a mestiçagem, apontando que discursos de homogeneização invisibilizam identidades específicas. Santos (2006) sugere uma nova cultura política para sustentar práticas inclusivas. Esses autores demonstram que, embora haja potencial transformador, a escola ainda reproduz desigualdades, necessitando de currículos críticos e docentes preparados para lidar com a diversidade cultural.

A comparação entre os autores evidencia consenso sobre a importância da legislação e das práticas pedagógicas inclusivas, mas também divergências quanto à efetividade dessas ações. Enquanto Brasil (2014; 2017) apresenta diretrizes e metas, Araújo; Silva (2022) e Alberti (2022) apontam lacunas na formação docente. Bulhões (2018) e Sousa (2021) defendem abordagens descolonizadoras, em contraste com Munanga (1999), que alerta para discursos de mestiçagem. Os resultados confirmam que a efetividade depende da articulação entre teoria, legislação e prática, consolidando uma educação antirracista e inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que a inserção das culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares representa um avanço significativo no campo educacional, mas ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente e à resistência institucional. As legislações e diretrizes existentes criaram bases sólidas para a valorização da diversidade cultural, porém sua efetividade depende da prática pedagógica. Os resultados confirmam que a escola possui papel central na construção de uma consciência crítica e inclusiva, capaz de enfrentar desigualdades históricas e sociais.

A investigação demonstrou que, embora haja esforços normativos e acadêmicos, a implementação prática ainda se mostra desigual e, muitas vezes,

superficial. A formação de professores aparece como ponto crítico, pois sem preparo adequado a abordagem das culturas afro-brasileiras e indígenas tende a se limitar a conteúdos isolados. A análise também revelou que práticas pedagógicas consistentes e contextualizadas são fundamentais para transformar a escola em espaço de resistência e valorização da diversidade, consolidando uma educação voltada para a equidade.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de ampliar investimentos em formação docente, fortalecer políticas públicas e promover currículos descolonizados que contemplem narrativas plurais. A escola deve ser estimulada a adotar metodologias inovadoras que valorizem identidades e memórias historicamente silenciadas. Além disso, pesquisas futuras podem aprofundar a análise sobre experiências pedagógicas bem-sucedidas, contribuindo para a disseminação de práticas inclusivas. Dessa forma, a educação poderá consolidar-se como instrumento de transformação social, capaz de enfrentar o racismo estrutural e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

6 REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de História e cultura afro-brasileira. *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2022. Disponível em: <https://estagioshistoriamales.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/ALBERTI-Verena.-Algumas-estrategias-para-o-ensino-de-Historia-e-cultura-afro-brasileira.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ARAÚJO, Danielle Pereira de; SILVA, Marcos Antônio Batista da. O ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena no currículo dos cursos de Pedagogia de duas instituições de ensino superior. *Arquivo Brasileiro de Educação*, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/arquivobrasileiroeducacao/article/download/23943/17412/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Planalto*, Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Planalto*, Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Planalto*, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BULHÕES, Leandro. Ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas entrecruzadas: paradigma da contribuição, pedagogia do evento e emancipações na educação básica. *Revista da ABPN*, v. 10, ed. especial, p. 22-38, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2018.v10.n00.p22-38>. Acesso em: 21 nov. 2025.

CAVALCANTI SIMIONI, Ana Paula; SATO, Eduardo; MARCHEZIN, Lucas; GERKEN BRASIL, Henrique; CERCHIARO, Marina Mazze; MATOS, Regiane. *Culturas e*

identidades brasileiras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788586748066>. Acesso em: 21 nov. 2025.

FELIPE, Delton Aparecido; MOREIRA, Liége Torresan. Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de História e cultura afro-brasileira. *Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (NEIAB/UEM)*, Maringá, 2019. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/0020052019.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LUCENA, Monyke Gomes da Costa; QUEIROZ, Sanny da Silva Furtado; VERAS, Izabelle Leite; PINTO, Silvana Mara dos Santos Loiola; NASCIMENTO, Veralúcia Pereira da Silva. Educação, diversidades e cultura: desafios e perspectivas presentes na sociedade contemporânea brasileira. *Confluências – Revista Interdisciplinar de Educação e Cultura*, v. 34, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15243501>. Acesso em: 21 nov. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações raciais: refletindo sobre práticas e desafios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Karla Cristina Pereira; SILVA, Andreane Matias da; BARROSO, Simone Carla de Sousa. Diversidade cultural e inclusão no ambiente escolar: desafios e perspectivas no século XXI. *Atena Editora*, 2025. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/95329>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA, Cleusa Teixeira. Ensino de História: a descolonização dos currículos, a formação docente e a ênfase à memória, história e identidade dos africanos e afro-brasileiros. *Intellectus – Revista Acadêmica Digital da UERJ*, ano XX, n. 1, 2021. Disponível em:



<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/download/57346/38663/214541>.

Acesso em: 21 nov. 2025.

